

A conjuntura da escola na formação da identidade de gênero na primeira infância

The school's conjuncture in the formation of gender identity in early childhood

El ambiente escolar en la formación de la identidad de género en la primera infancia

Marcel Pereira Pordeus

Universidade Estadual do Ceará

marcel.pordeus@aluno.uece.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4317-0619>

Antonio Germano Magalhães Junior

Universidade Estadual do Ceará

germano.junior@uece.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0988-4207>

RESUMO

A partir da metodologia da revisão sistemática, o presente estudo tem por objetivo discorrer a conjuntura da construção da identidade de gênero na primeira infância e as influências da escola e seus dispositivos, além de perceber o papel do educador nesse cenário atual. Como resultado da análise temática feita com os artigos encontrados nas bases de dados SciELO e PePSIC, criamos quatro categorias de análise, com temas que se destacaram nos artigos. Dentre eles, a formação de professores nas questões de gênero, construção das identidades de gênero na primeira infância, preconceito, estigmas e representações sociais. Refletindo a partir das categorias mencionadas, constatamos a importância de uma mudança de paradigmas no que tange às questões de gênero dentro do contexto escolar, bem como o papel da escola e docentes como agentes da formação e aprendizagem da criança, que fomentam a inclusão e disseminação da igualdade e afetividade.

Palavras-chave: Identidade de Gênero. Primeira Infância. Papel da Escola.

ABSTRACT

Based on the methodology of the systematic review, the present study aims to discuss the conjuncture of construction of gender identity in early childhood and the influences of the school and its devices, in addition to perceiving the role of the educator in this current scenario. As a result of the thematic analysis conducted on the articles found in the SCIELO

and PEPSIC databases, we created four categories of analysis, with themes that stood out in the articles. Among them we have, teacher training on gender issues, construction of gender identities in early childhood, prejudice, stigmas, and social representations. Reflecting from the categories mentioned, we see the importance of a paradigm shifting regarding gender issues within the school context, also, the role of the school and teachers as agents of the child's education and learning, which encourage the inclusion and dissemination of equality and affection.

Keywords: *Gender Identity. Early Childhood. Role of the School.*

RESUMEN

Con base en la metodología de la revisión sistemática, el presente estudio pretende debatir la coyuntura de los estudios sobre la construcción de la identidad de género en la primera infancia y las influencias de la escuela y sus dispositivos, además de darse cuenta del rol del educador en este escenario actual. Como resultado del análisis temática realizado con los artículos encontrados en las bases de datos SCIELO y PEPSIC, creamos cuatro categorías de análisis, con temáticas que se destacaron en los artículos. Entre ellas, formación docente en temas de género, construcción de identidades de género en primera infancia, prejuicios, estigmas y representaciones sociales. Reflexionando desde las categorías mencionada, vemos la importancia de un cambio de paradigma respecto a las cuestiones de género dentro del contexto escolar, así como el papel de la escuela y los profesores como agentes de formación y aprendizaje de los niños, que fomentan la inclusión y la difusión de la igualdad y el afecto.

Palabras clave: *Identidad de género. Niñez temprana. Papel Escolar.*

Introdução

Este artigo cumpre os objetivos de um estudo de revisão bibliográfica sistemática, fazendo um panorama do que está sendo debatido e incorporado aos estudos de gênero, principalmente na Educação, Psicologia e áreas afins. Aqui, entendemos gênero à luz de pensadoras como Judith Butler, que compreende esse conceito como fruto dos significados culturais e de discursos/linguagens institucionalizadas impressas em corpos sexuados. Partindo da reflexão sobre a célebre frase de Simone de Beauvoir, de que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, afirma que o gênero é um processo sem começo nem fim, um devir, sendo assim, algo que fazemos e não o que somos (BUTLER, 2003).

Desta forma, afirma também Joan Scott, que descreve o gênero como uma categoria de análise histórica, que em sua construção envolve quatro elementos relacionados entre si, a saber: 1) símbolos culturalmente disponíveis a partir do contexto histórico/cultural, como as representações de Eva e Maria na tradição cristã Ocidental; 2) conceitos normativos expressos nas instituições educativas, religiosas, científicas, políticas ou jurídicas, que tentam limitar e conter as interpretações de sentido dos símbolos; 3)

inclusão de uma noção do político, trazendo a ideia de que o gênero se constitui não apenas no seio familiar, mas também na educação, na economia e no sistema político; e 4) o papel da identidade subjetiva nessa constituição do gênero (SCOTT, 1989).

Continuando o pensamento de Scott, Teresa de Lauretis (1994) propõe pensar o gênero como produto das tecnologias sociais formatadas por meio de discursos, epistemologias e de práticas institucionalizadas presentes na vida cotidiana, o que a autora chama de “tecnologias de gênero”, trazendo ainda quatro proposições sobre essa categoria: 1) o gênero é uma representação; 2) a representação do gênero é a sua construção; 3) a construção do gênero vem se elaborando nos tempos atuais no mesmo ritmo de sempre, e não apenas dentro dos “aparelhos ideológicos do Estado” – mídia, escolas, tribunais e família – mas também dentro da “[...] academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo de forma bastante marcada, no feminismo” (LAURETIS, 1994, p. 209).

A construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, e concordando com as pensadoras supracitadas sobre o processo de construção do gênero como sendo multifatorial, compreendendo a escola como um dos instrumentos primordiais nesse processo de fazer com que os sujeitos se identifiquem como masculino ou feminino (LOURO, 1997), depreende-se o contexto atual de polarização dos gêneros no âmbito escolar, que tem por eixo basilar a educação na construção das identidades de gênero e suas implicações na vida pública e pessoal, bem como no campo psíquico das crianças que se encontram em constante processo de construção, destruição e reconstrução do eu (PIAGET, 1970).

Finco (2010) defende que a escola, especialmente na fase da Educação Infantil, é a primeira oportunidade de contato das crianças com um grupo diferente da própria família, demarcando o início do aprendizado social, e através do qual serão introduzidas à vida social mais ampla. Por meio do convívio e das relações que se estabelecem nesse ambiente, aprendem os sistemas de regras e valores compartilhados, participando ativamente das construções sociais. Carvalho (2008) enaltece o fato de que, durante a Educação Infantil, as relações de gênero devem ser tratadas cuidadosamente por conta desses aprendizados e reproduções que se dão nessa fase da vida, e, porque na maioria das vezes, essa educação se encontra nas mãos das mulheres, sujeitos historicamente dominados e com pouca ou nenhuma voz, no âmbito social e político.

Como vimos, existe ainda muito a ser feito nesse cenário, naquilo que diz respeito às desconstruções dos padrões de gênero, pois as próprias educadoras, já esclarecidas nesses padrões e fortemente ligadas aos rígidos moldes sociais do que pertence ao feminino e ao masculino, muitas vezes não enxergam a urgência de realinhar o seu olhar para as questões de gênero que emergem do cotidiano escolar.

Gomes (2006), discorrendo sobre o processo de cuidar de crianças em uma pré-escola, constatou como as expressões de gênero das crianças vão sendo moldadas pelas cuidadoras por meio das diferenças de tratamento entre meninos e meninas, pautadas na justificativa de que estes são biologicamente diferentes. Aos meninos são permitidas brincadeiras mais perigosas e arriscadas, como descer no escorregador de cabeça para baixo ou competir quem voa mais alto no balanço. Enquanto as meninas, classificadas como mais frágeis e delicadas, ao se envolverem nessas mesmas brincadeiras são advertidas pelas cuidadoras quanto ao perigo e orientadas sobre o jeito mais adequado de brincar.

Essa realidade é especialmente observada na sociedade brasileira, formatada sob o modelo do patriarcalismo, centrada na figura masculina, mandatária e norteadora das relações sociais. Dessa forma, a construção desses modelos ideais de masculino e feminino vêm sendo moldada ao longo de toda a história do Brasil, e teve início no período em que tínhamos uma sociedade colonial, fortemente patriarcal e escravocrata, onde os homens brancos detinham o poder e a autoridade sobre as mulheres de cor – indígenas e escravas negras – onde até então exerciam dois papéis: o de trabalhadoras e de objetos sexuais (DESOUZA *et al.*, 2000). Após a chegada das mulheres brancas, em sua maioria de origem lusa, o feminino passou a exercer outro papel, o do modelo da Maria: assexuada, fraca, passiva, submissa e sem lugar na esfera pública.

Desouza *et al.* (2000) relatam ainda que, no período Imperial, as mulheres começaram a reivindicar o seu lugar na sociedade, abrindo caminhos nas áreas até então dominadas por homens, como na política e no mercado de trabalho, ocupando cargos em ferrovias, correios, secretariado, enfermagem, dentre outras. Tal ascensão abriu espaços para que, durante a metade do século XIX, elas estivessem presentes nas escolas primárias, como professoras. Nesse período, podemos constatar de maneira crítica que efetivamente quase dobrou o número de mulheres professoras, porque entendeu-se que a Educação era uma extensão do papel da cuidadora já destinado às mulheres.

À essa altura, já se falava muito timidamente dos direitos das mulheres, apenas em jornais e revistas restritos às classes média e alta. Apesar da segregação ser sentida em todas as camadas sociais com marcadores intergeracionais envoltos por exemplo pela raça, local de moradia, nível de instrução, economia, dentre outros.

A grande mudança na emancipação social das mulheres se deu durante os anos de 1970, quando o movimento feminista começou a tomar força, enquanto discurso e prática política. As mulheres começaram a ter uma participação significativa na economia, exercendo cargos de alto prestígio (engenheiras, médicas, advogadas, professoras universitárias, economistas), entrando nas universidades, chegaram aos anos 1980 até 2000 ocupando o mesmo número de vagas que os homens.

Os dados gerados pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), parte do Programa de Estatísticas de Gênero no IBGE, que publicou em 2014 o livro “Estatísticas de Gênero – uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010” – mostra um certo aumento na inserção da mulher no mercado de trabalho formal. Em 2010, a taxa de atividade das mulheres era de 54,6%, enquanto a dos homens era de 75,7%. Comparado ao ano 2000, a taxa de atividade das mulheres cresceu em 4,5 pontos percentuais, e a dos homens reduziu em 4 pontos. Essa discreta, mas importante mobilidade social, fomenta a luta por uma redefinição do papel social das mulheres, através de três reivindicações principais: o planejamento familiar, a existência de creches para deixar os filhos e a violência contra a mulher.

Nesse sentido, em decorrência da própria emancipação feminina, a contemporaneidade vive o questionamento cada vez mais intenso sobre os papéis masculinos e femininos presentes no imaginário popular. Tal condição reflete ainda numa desconstrução da estrutura da família tradicional, àquela onde o homem era o único responsável pelo sustento da casa e era da mulher a responsabilidade dos cuidados com a casa e com os filhos. Porém, uma estrutura androcêntrica, culturalmente modelada durante séculos não muda totalmente em cinquenta anos.

Contribuindo com essa discussão, Finco (2010) chama atenção para um fato instigante: a divisão de papéis baseada no gênero começa bem antes de se entrar (ou não) no mercado de trabalho, ela se consolida na escola. Desde os primeiros anos, a instituição escolar utiliza o sexo como critério para definir a organização e utilização dos tempos e espaços. Separar meninos e meninas em dois grupos baseados no sexo, através de algumas práticas e formas de organização da rotina, acaba por proporcionar uma socialização

distinta para meninos e meninas, tendendo a separá-los e criando um sentimento de rivalidade que finda reproduzindo os estereótipos sociais.

Pode-se perceber como a construção dos caminhos que levam a masculinidades e feminilidades socialmente desejáveis, seguem em direções opostas para meninos e meninas. Enquanto nas meninas, qualidades como agressividade e violência são atitudes inadequadas, nos meninos, não apenas são consideradas normais como são, muitas vezes, desejadas, e junto a isso também vem a negação de qualidades ligadas exclusivamente ao sexo oposto, como a delicadeza, a expressão de sentimentos e atitudes de cuidado e zelo.

No documentário *The Mask You Live In* (NEWSOM, 2015) mostra como, nos Estados Unidos, os meninos aprendem desde muito cedo que devem reprimir seus sentimentos, a fim de confirmar sua masculinidade, e constroem seu ideal de masculinidade em oposição a tudo o que vem do feminino, sustentando um padrão de hipermasculinidade que se torna causador de sofrimento psíquico nos homens, aumentando a incidência de suicídio e depressão, e que também se relaciona diretamente ao aumento nos números de violência contra a mulher e nos índices de homicídios.

A constante busca dos homens por essa masculinidade e reações de submissão e obediência que constituem a identidade feminina, reforçam padrões de comportamento muitas vezes prejudiciais, como a agressividade nos homens que acabam por colocar a mulher em situação de fragilidade e vulnerabilidade, e criam o cenário ideal para o aumento nos casos de violência contra a mulher.

Essas identidades masculinas e femininas começam a ser construídas ainda no seio familiar, onde as diferenças de gênero começam na escolha do enxoval, que só começa a ser montado após descoberto o sexo do bebê. A escola, portanto, se torna mais um instrumento de generificação de corpos e mentes, pois como afirma Muniz (2000):

A instituição escolar configura-se um dos espaços privilegiados na composição das identidades sexuais e de gênero, enquanto espaço de poder que regula, normaliza, nomeia e inculca modelos de feminilidade e masculinidade e da sexualidade heterossexual. Enquanto espaço que onde se processa a inscrição dos gêneros e da sexualidade nos corpos, onde estes ganham sentido socialmente ao serem modelados segundo padrões identitários construídos a partir de uma lógica binária pela qual o ser humano é percebido sob a perspectiva dualista (MUNIZ, 2000, p. 211-12).

Ademais, mediante retrocitadas asseverações, minhas motivações e indagações acerca desse tema surgiram antes de ingressar no curso Mestrado Profissional em

Planejamento e Políticas Públicas, pois os debates feministas e LGBTQIAP+ (sigla que vem ganhando espaço nos movimentos sociais, por incluir além das identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais e as identidades Trans, traz também para o debate, a perspectiva teórica e política dos Estudos da Teoria Queer), que sempre me interessaram e me colocaram em posição de reflexão e mudança pessoal e social. Durante a minha trajetória enquanto estudante de mestrado, e atualmente como doutorando em Políticas Públicas, tive a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos nessa temática. Participei de palestras, mesas redondas, debates e manifestações políticas que giram em torno de assuntos relacionados ao tema, a fim de me atualizar sobre o que é discorrido na academia e nos movimentos sociais que lutam pelas causas feministas e LGBTQIAP+.

Tive a oportunidade de trabalhar com revisão de textos e apreciar muitas leituras acadêmicas de estudantes de diversas áreas do conhecimento, que abordavam a pauta LGBTQIA+ em seu viés social, de inclusão e exclusão, de identidade de gênero e os movimentos sociais que lutavam por direitos humanos e igualdade. Com efeito, trabalhei neste artigo a partir de retrocitados vieses de cunho social. No tópico seguinte, abordamos o percurso metodológico deste estudo, no intento de explorar os caminhos que sustentarão a discussão dos resultados e as considerações realizadas.

Percurso Metodológico

Este artigo se concerne num estudo de caráter exploratório de abordagem qualitativa. Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa se trata de uma abordagem interpretativa do mundo, de modo que o pesquisador investiga os fatos em seu ambiente natural, tentando entender o fenômeno por meio dos significados dados pelas pessoas. Os estudos qualitativos não se preocupam com a representação numérica dos fatos, e sim com o aprofundamento da compreensão sobre um determinado assunto, grupo social etc.

As pesquisas qualitativas são amplamente utilizadas nas ciências humanas, sociais e da saúde, por encontrarem coerência entre a interação humana e o aprofundamento das experiências individuais possibilitadas por este tipo de pesquisa. Não há na pesquisa qualitativa uma teoria única que a caracterize, por isso se trata de uma abordagem complexa, não havendo uma estratégia própria e única para o seu procedimento metodológico e interpretativo (LOPES *et al.*, 2008).

O presente artigo, além da natureza qualitativa, tem caráter exploratório, que de acordo com Gil (2008), tem objetivo de proporcionar uma visão genérica acerca de determinado fato, e é geralmente utilizado com intuito de se familiarizar com o tema quando este ainda é pouco explorado. A partir de um aprofundamento e familiarização com o tema, a pesquisa exploratória proporciona uma melhor definição e delineamento do mesmo, o que é essencial para pesquisas, pois serve para orientar os objetivos e formulação das hipóteses ou descobrir uma outra abordagem para determinado assunto. Geralmente assumem a forma de estudos de caso ou pesquisas bibliográficas (PRODANOV *et al.*, 2013), esta última sendo a que abordaremos mais detalhadamente a seguir.

A revisão bibliográfica é uma importante metodologia e é o passo inicial para qualquer pesquisa científica. Tem por objetivo ser um estudo explanatório baseado na literatura existente (CONFORTO; AMARAL, 2011), e colocar o pesquisador em contato direto com o tema investigado, a partir da familiarização com autores e pesquisas já escritas sobre o tema. As principais fontes de investigação são livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações e teses, sendo de fundamental importância que o pesquisador esteja atento à veracidade dos dados obtidos (PRODANOV *et al.*, 2013).

Além da questão da pesquisa claramente delimitada, “[...] as revisões sistemáticas devem realizar uma pesquisa abrangente e metódica de estudos, tendo sua estratégia de inclusão e exclusão e a codificação dos dados explicitamente reproduzíveis”, análise adequada e reprodução e interpretação dos resultados passíveis de reprodução ou prática em futuras pesquisas (RAVINDRAN; SHANKAR, 2015 *apud* CAIADO *et al.*, 2016, p. 3).

Entre outros fatores, esta é uma metodologia que possibilita integrar um conjunto de informações de pesquisas feitas separadamente sobre determinada problemática, levantando assim possíveis resultados coincidentes e/ou conflitantes, e também identificar temas que necessitem de maior destaque, servindo de norte para futuras pesquisas (SAMPAIO *et al.*, 2007).

Com efeito, neste estudo realizamos um levantamento bibliográfico inicial em duas bases de dados (SciELO e PePSIC), a fim de encontrar artigos sobre os estudos de gênero relacionados à escola e sociedade, e que cumprissem os critérios de inclusão e exclusão que abordaremos adiante. Portanto, a problemática que orienta este artigo é entender como a escola de ensino regular influencia e trabalha no processo de construção da identidade de gênero das crianças na primeira infância, com espaço de reflexão para esse

processo de construção propriamente dito, como compreender o papel dos profissionais: professores e psicólogos no contexto de apoio à criança, a partir do cenário de formação da identidade de gênero de aprendizes na primeira infância, na escola de ensino regular.

Inicialmente foi realizada a definição dos descritores que iriam orientar a pesquisa nas bases de dados, certificando-se de que os mesmos estivessem indexados como Descritores em Ciências da Saúde (Decs). Sendo eles: 1) Gênero, 2) Papel Sexual, 3) Papel de gênero, 4) Identidade de Gênero, 5) Criança, 6) Crianças, 7) Educação Infantil, 8) Desenvolvimento Infantil, 9) Desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar.

Após definidos os descritores, foi realizada a escolha dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos. Tendo como critérios para inclusão as seguintes características: a) periódicos que tivessem sido publicados em revistas eletrônicas no período de 2011 a 2021; b) que estivessem disponíveis na íntegra e em língua portuguesa; c) com acesso livre e ao mesmo tempo de forma gratuita para consulta pública nas bases de dados: PePSIC e SciELO; e por critérios de exclusão: a) artigos que atendessem aos critérios de inclusão, mas que não estavam disponibilizados na íntegra e de forma gratuita e, b) artigos que não relatassem contribuições bibliográficas de estudos/autores, que nos levem a refletir sobre as influências que a escola de ensino regular propicia às crianças na primeira infância, diante da construção da identidade de gênero.

Para alguns descritores não foram encontrados artigos em nenhuma das duas bases de dados. Na combinação entre Gênero e Desenvolvimento Infantil, foram encontrados dois artigos, um deles não correspondia aos critérios de inclusão por ter sido publicado em período anterior ao definido, e o outro aborda um tema que não contribui com os objetivos deste artigo, encaixando-se no segundo critério de exclusão, ou seja, não contribui para refletir sobre as influências que a escola de ensino regular propicia às crianças na primeira infância, diante da construção da identidade de gênero. E para os descritores Papel Sexual, Papel de Gênero e Desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar, não foram encontrados artigos em nenhuma das duas bases de dados.

No intuito de compreender as informações presentes nos artigos encontrados, foi utilizada a Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (1977), trata-se de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (p. 42).

Ainda segundo o autor (1977), existem diversas formas de analisar conteúdo de materiais, sendo as principais:

- a) análise de avaliação ou análise representacional;
- b) análise de expressão;
- c) análise de enunciação;
- d) análise temática.

Esta última sendo a que iremos utilizar para analisar os dados coletados neste estudo, na conjuntura da escola e formação da identidade de gênero na primeira infância.

A Análise Temática constitui-se em 3 etapas: pré-análise; exploração do material ou codificação, e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977). A pré-análise inclui a leitura flutuante, a constituição do *corpus* da pesquisa, e a formulação das hipóteses ou pressupostos. Em um último momento da pré-análise, o pesquisador irá elaborar os indicadores que fundamentarão a interpretação final (OLIVEIRA, 2008). A segunda etapa, exploração do material ou codificação, nada mais é do que a administração sistemática dos dados obtidos (BARDIN, 1977). Tudo isso para que ao estarmos na terceira etapa, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, possa-se tratar os dados brutos obtidos de forma a serem significativos e válidos.

Estes são sistematicamente agregados em unidades, que permitem uma descrição exata das características relevantes ao conteúdo. Ainda segundo a descrição de Oliveira (2008), na terceira etapa da análise temática, busca-se sintetizar e pôr em relevo as informações fornecidas pela análise, através de diagramas, figuras, modelos, tabelas, dentre outros. A partir dos resultados obtidos, o pesquisador pode fazer inferências ou levantar hipóteses, que depois sirvam de base para novas análises pautadas em outras dimensões teóricas ou técnicas diferentes (BARDIN, 1977).

Resultados e discussão

Foram encontrados 20 artigos nas duas bases de dados utilizadas, SCIELO e BVS-Psi. Após um primeiro contato com os artigos, a partir da leitura flutuante, utilizamo-nos de planilhas para agrupar os textos e seus principais dados, como os objetivos, os resultados e a conclusão, bem como os dados catalográficos (título, autor (a), local e data de publicação, ano etc.), a fim de que cada elemento pudesse ser rapidamente identificado posteriormente.

A partir da organização na planilha, conseguimos identificar e agrupar as unidades de sentido de cada artigo em categorias temáticas, identificando temas semelhantes e que pudessem ser agrupados de forma a fazer sentido em si mesmos. Portanto, agrupamos os artigos encontrados em quatro categorias, sendo elas:

Categoria Temática 01: Formação de Professores e Dispositivos Educacionais nas Questões de Gênero;

Categoria Temática 02: Preconceito, Estigmas e Representações na Construção das Identidades de Gênero no Contexto Escolar;

Categoria Temática 03: Construção das Identidades de Gênero na Primeira Infância;

Categoria Temática 04: Diferenças Sexuais, Masculinidades e Orientação Sexual na Escola.

A partir da análise temática dos textos da categoria 1, podemos observar que existe uma preocupação com a forma como as questões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual são tratadas na escola, tanto pelos dispositivos educacionais, como livros didáticos e políticas públicas de educação, quanto pela forma em que as questões são abordadas pelos professores e professoras. Dando destaque à importância da presença desses temas na formação desses profissionais, em especial os que atuam nos Anos Iniciais da escolarização, onde se entende que a criança ainda está em processo de formação, tanto da sua autoimagem e autoconceitos, quanto dos conceitos formulados sobre o mundo.

Madureira e Branco (2015), ao analisarem as concepções e crenças de professores e professoras do Ensino Fundamental sobre questões relacionadas ao gênero, sexualidade e diversidade, verificaram que apesar de concordarem que a escola deve tratar dessas questões, existe uma lacuna na formação de professores que limitam às ações destes, levando-os a usar as suas próprias experiências e opiniões para lidar com os temas.

Neste sentido, Maia *et al.* (2011) ao buscarem identificar conceitos e opiniões de professoras de Anos Iniciais do Ensino Fundamental a respeito das questões de gênero e sua relação com a educação de crianças no ambiente escolar, apontaram que a escola tem negligenciado o seu importante papel de promotora de mudança social, ao tratar as questões de gênero sem reflexão e reproduzir a crença de que as diferenças entre homens e mulheres são universais.

Essa lacuna na formação de professores e professoras faz com que os profissionais atuem de forma a reforçar os estereótipos de gênero durante as suas práticas em sala de

aula e nas interações com as crianças, como mostra Silva e Luz (2010), que em busca de conhecer o que as educadoras da Educação Infantil pensam sobre as suas práticas e sua participação na formação das identidades e subjetividades dos meninos e meninas – e especialmente dos meninos – perceberam que há uma exclusão dos meninos em práticas e trocas afetivas entre as professoras e as crianças, e que estes são vistos como mais resistentes aos perigos, portanto, demandam menos necessidade de proteção que as meninas, demonstrando que o ambiente escolar ainda é resistente ao exercício da crítica que promove mudanças de paradigmas no que concerne à constituição das subjetividades masculinas e femininas na infância.

Finco e Viana (2009) também observaram essa realidade ao buscarem conhecer como se estabelece a relação entre professoras da Educação Infantil e as crianças que transgridem o padrão socialmente imposto das fronteiras do gênero. Dessa forma, perceberam que, apesar do sentimento de estranheza que essas crianças causam nas educadoras e das opressões sofridas dentro e fora do ambiente escolar, estas ainda conseguem exercitar habilidades mais amplas, experimentando, inventando e criando novos modos de ser, e ensinando que é possível construir uma educação que produza diferenças.

Concordando com retrocitadas autoras sobre a natureza social do gênero e o entendendo como uma construção decorrente de diversos dispositivos que servem para generificar os corpos de meninos e meninas, percebemos através da discussão supracitada que, a escola, como um desses dispositivos sociais, constitui-se como um espaço de reprodução do que se entende como próprio do masculino e do feminino, dando pouca ou nenhuma atenção à diversidade de gênero e sexual, passando a ser lugar, muitas vezes, de efetivação e legitimação de violências, como será abordado mais adiante.

Mesmo que a instituição escolar ainda seja resistente às mudanças e às quebras de paradigmas sobre as ideias cristalizadas de gênero e sexualidade, percebe-se também nos artigos analisados, que esta tem servido não apenas como palco de reprodução de estereótipos (FINCO; LUZ, 2010; MAIA *et al.*, 2011; MADUREIRA; BRANCO, 2015), mas também como lugar de resistência e ressignificação, ainda que em menor grau. Meninos e meninas que não correspondem às expectativas quanto às características e comportamentos esperados, desafiam pais e educadores a encarar a diversidade, como no “caso do menino que se vestia de noiva” e da “menina que usa tênis de dinossauro”, relatados por Finco e Viana (2009).

Analisando os textos que compõem a Categoria 2, observou-se o papel das representações sociais de feminino e masculino, e os estigmas e preconceitos relacionados às identidades de gênero dentro do contexto escolar, como demonstra o estudo de Soares e Jesuíno (2011), com crianças do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, que em busca de compreender o desenvolvimento das representações sociais, focando principalmente as relações de poder e autoridade representadas pelo modelo de chefe, demonstrou que aos seis anos de idade, as crianças já internalizaram a ordem social do masculino e feminino, o que “[...] confirma a influência das dimensões de gênero no pensamento sobre as relações de poder e autoridade em contexto escolar” (SOARES; JESUÍNO, 2011, p. 116), e contribuem para a construção dos modelos do senso comum.

Essa internalização dos estereótipos de gênero nas crianças se estabelece desde a mais tenra idade. Morin-Messabel *et al.* (2016), ao investigarem os conhecimentos desenvolvidos pelas crianças na primeira infância e infância acerca dos brinquedos, constataram que existe uma persistência na maioria delas sobre as caracterizações estereotipadas dos brinquedos considerados femininos e masculinos, o que os autores consideram preocupante, visto que os estereótipos estão no alicerce das desigualdades sociais.

Prova disso são as dificuldades encontradas pelas pessoas Trans na escola, que se constitui ambiente hostil àqueles que não se adéquam aos padrões impostos, estigmatizando e criminalizando quem perturba a ordem heteronormativa. Ações muitas vezes sutis, outras nem tanto, terminam por afastar as pessoas trans do ambiente escolar, seja por omissão no combate à violência, seja por práticas discriminatórias (NATAL-NETO *et al.*, 2016). Mas como afirma Xavier Filha (2012), desde que instigadas a pensar e questionar, as crianças estão abertas a repensar e dar novos sentidos às questões de gênero e as diversas possibilidades de se constituírem enquanto sujeitos masculino ou feminino.

Fazendo reflexão sobre as influências da escola de ensino regular no processo de construção das identidades de gênero, percebemos a urgência de adotar uma nova postura quanto à diversidade e as possibilidades de ser, abrindo espaço para questionar a ordem heteronormativa, que prescreve e engessa comportamentos e subjetividades, possibilitando assim aos sujeitos vivenciarem outras formas de masculinidades e feminilidades, e também de combater as violências e as marcas deixadas nos corpos que fogem ao padrão estabelecido.

Essa normatização não traz sofrimento apenas às pessoas trans (NATAL-NETO *et al.*, 2016), mas percebe-se na literatura que são cobradas posturas mais rígidas e um controle social mais forte nos meninos do que nas meninas, estes são mais vigiados e regulados para se tornarem “homens de verdade” (XAVIER FILHA, 2012).

Pensando acerca dos artigos que compõem a Categoria 3, construção das Identidades de Gênero na Primeira Infância, temos quatro artigos que tratam sobre essa construção em diferentes perspectivas, mas que se complementam. Buss-Simão (2013) investiga de que forma os elementos culturais e sociais no que diz respeito à dimensão corporal são percebidos e transmitidos entre as crianças de 2 a 3 anos de idade, e identificou que a categoria gênero é utilizada por elas como condição principal para estabelecer as suas relações e as suas capacidades de ação social. A autora chama atenção para o fato de que o ambiente escolar é uma estrutura social imposta pelos adultos, sendo contexto ideal para investigar como as crianças lidam e como se expressam corporalmente nessas relações de poder adulto-criança.

Mariano *et al.* (2016) pretenderam também olhar para essa relação adulto-criança no contexto escolar e seus desdobramentos, ao analisarem como as intervenções dos professores de Educação Física que atuam na Educação Infantil colaboram para a hierarquização e a classificação dos corpos das crianças de modo distinto entre os gêneros, e verificou que a dinâmica dos professores nas aulas, ao separar as atividades pelo gênero, influenciam o modo como as crianças se comportam, agem e se organizam. Mas nota-se também que as crianças, no seu processo de subjetivação, não se limitam a reproduzir o mundo dos adultos, haja vista agirem de forma a serem autoras de suas próprias infâncias (BUSS-SIMÃO, 2013).

Para tanto, como afirma Ribeiro (2011), é importante abrir espaços onde as crianças possam expressar, pensar e falar sobre as suas descobertas e suas dúvidas. Outro aspecto importante dessa reflexão sobre as relações de poder adulto-criança e suas influências na construção das identidades de gênero infantis, diz respeito ao fato do ambiente educacional ser quase que exclusivamente um ambiente feminino, como mostra o estudo de Monteiro e Altmann (2014).

Aos homens que resolvem investir nesse ramo educacional sobram olhares de desconfiança e julgamento, dessa forma, as autoras buscaram analisar a carreira profissional de homens que atuam na Educação Infantil e os desafios enfrentados por eles ao escolherem uma carreira naturalizada como feminina, chegando ao fato de que além

dos desafios inerentes à docência na Educação Infantil, esses profissionais encontram dificuldades relacionadas a noções hegemônicas de masculinidade que consideram a Educação Infantil incompatível com presença masculina. Mesmo com todos os desafios, a pesquisa concluiu que a Educação Infantil pode e deve ser território tanto masculino quanto feminino, possibilitando novas noções de masculinidade, que também envolvam o cuidado.

A construção das identidades de gênero se dá por meio das aprendizagens sociais e das relações que as crianças estabelecem com os adultos, sejam eles os pais, cuidadores, professoras e professores, como se vê na literatura (BUSS-SIMÃO, 2013; MARIANO *et al.*, 2016; RIBEIRO, 2011). É através das expectativas dos adultos transmitidas às crianças, e de mensagens passadas muitas vezes sutilmente, que as crianças vão percebendo que precisam se adequar aos modelos de feminino e masculino para serem aceitas e fazerem parte do grupo e da ordem social que emerge das relações.

Sendo o gênero um produto de ações sociais, é importante que se tenha na escola e nos outros espaços de convivência da criança, outros modelos de masculinidades e feminilidades além daqueles que já foram socialmente padronizados e são vistos como “normais”. Percebemos como a entrada do homem na Educação Infantil causa espanto e desconfiança, assim como as crianças que agem em desacordo com o padrão causa estranheza, mas a naturalização e a desconstrução de paradigmas se faz necessária para que, futuramente, todas essas questões também sejam tratadas com naturalidade, visto o leque imenso de possibilidades de expressões de gênero e sexualidade.

Na categoria 4 temos artigos que tratam das diferenças sexuais, masculinidades e orientação sexual na escola. Dentre eles, temos o estudo de Palma *et al.* (2015), que buscaram investigar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – documento que orienta os educadores por meio da normatização de fatores fundamentais pertinentes a cada disciplina – a fim de identificar e compreender como o assunto orientação sexual é tratado nos documentos. Apesar de não ser uma obrigatoriedade e sim orientações que podem ser adaptadas à realidade local, os(as) autores(as) apontam a importância de inserir a temática da orientação sexual nos currículos escolares, pois o modo como é apresentado hoje, ainda é muito introdutório, e adota um modelo higienista da sexualidade.

Os(as) autores(as) ainda assinalam que é possível trabalhar diversidade sexual na escola, porém precisa haver não apenas incentivo em documentos oficiais, como uma

maior abertura da sociedade para o tema. Constatamos que muitas vezes esse desvio da normalidade é visto como um problema a ser revertido, tal ideia é reforçada até mesmo por profissionais, como vemos no artigo de Barison (2010). O psicólogo atende meninos de 5 a 10 anos que chegam em seu consultório normalmente com queixa de problemas de aprendizagem, e se utiliza da técnica de Ludoterapia com futebol de botão para se aproximar de seus pacientes.

O mesmo, tendo como fundamentação teórica a Psicanálise freudiana, associa a queixa dos problemas de aprendizagem ao fato dos pais bloquearem e proibirem atitudes consideradas masculinas pelo autor, como bagunça, sujeira, agressividade e espontaneidade, fazendo com que se tornem meninos inibidos em suas capacidades motoras e cognitivas, e colocando em dúvida a identidade sexual destes. Ao mesmo tempo que admite que a masculinidade não é naturalmente dada, considera importante que o menino se aproprie do universo do futebol como forma de ter modelos potentes de masculinidade e de sublimar aspectos homossexuais (BARISON, 2010).

As ideias do estudo supracitado se mostram contrárias às apresentadas na literatura até aqui lidas, por reforçarem os estereótipos de gênero, utilizando-se de justificativas biológicas para explicar as diferenças de gênero e sexuais entre homens e mulheres. Faz-nos refletir, portanto, sobre a postura do(a) educador(a) dentro e fora do âmbito escolar, em seu conhecimento técnico ou de senso comum para fomento de retrocitado assunto.

Consideramos que a escola é um espaço importante de socialização e de aprendizagem, seja esta acadêmica ou social, portanto, trata-se de um espaço privilegiado de combate às violências e aos estereótipos que fundamentam e legitimam as discriminações, desigualdades sociais, sexuais e todos os níveis de violência. Por esses motivos, existe uma preocupação no meio acadêmico sobre a importância de se adotar uma nova postura frente às questões de gênero, sexualidade e diversidade dentro do contexto escolar (MARIANO *et al.*, 2016; SILVA *et al.*, 2010; NATAL-NETO *et al.*, 2016; PALMA *et al.*, 2015).

Percebemos neste artigo que a escola ainda trata destes temas de forma a reforçar a ordem heteronormativa, valorizando os comportamentos e posturas consideradas adequadas para o processo de masculinização e feminilização dos corpos de meninos e meninas, e ignorando, às vezes até punindo, àqueles que se diferem dos demais (NATAL-NETO *et al.*, 2016).

Como visto nos diversos estudos aqui citados (FINCO, 2010; BUSS-SIMÃO, 2013; MADUREIRA, 2015) e nas categorias analisadas, a forma como a escola conduz e trata a construção das identidades de gênero, ainda está longe do ideal, pois não se mostra aberta aos diálogos e às diversas formas de expressão que emergem das relações entre os sujeitos, o que nos leva a pensar que as mudanças e as quebras de paradigmas que se fazem necessárias nas escolas e na sociedade, no que se referem às questões de gênero, irão ter início nas próprias crianças que se mostram cada vez mais autoras de suas próprias infâncias (BUSS-SIMÃO, 2013).

Considerações Finais

Com este artigo, pretendeu-se alcançar os objetivos de uma Revisão Sistemática de Literatura, visando a reflexão sobre a conjuntura da escola na construção das identidades de gênero de crianças na primeira infância, bem como compreender o papel do educador frente a essas questões. Para cumprir esses objetivos, seguimos o caminho metodológico retrocitado, por meio de um levantamento de estudos que conversassem com a temática desta pesquisa, encontrados nas bases de dados selecionadas: SciELO e PePSIC, e que cumprissem os critérios de inclusão e exclusão aqui definidos.

Após a pesquisa sistemática dos estudos nas bases de dados, foram selecionadas pesquisas que estavam dentro dos critérios de inclusão e exclusão, que foram agrupados em categorias temáticas, e posteriormente analisadas individualmente. Dessa forma, realizamos levantamento e análise dos artigos encontrados, cumprindo os objetivos propostos para este estudo, que eram discorrer a conjuntura da escola e os seus dispositivos educacionais para construção das identidades de gênero de meninos e meninas, e proporcionar uma visão genérica acerca da temática auferida, com intuito de difundir assunto ainda pouco explorado na comunidade acadêmica.

Após esse levantamento, a partir de uma metodologia definida, nossos objetivos foram parcialmente alcançados, pois não encontramos dados suficientes para pensar sobre o papel do educador no âmbito escolar sobre o processo de construção das identidades de gênero, como argumentaremos adiante. Sobre o papel da escola nesse processo, chegamos às seguintes conclusões: a escola nos moldes atuais tem servido como espaço de reprodução e legitimação dos estereótipos de gênero, dando pouca importância aos diversos modos de expressão possíveis, moldando e guiando os corpos de meninos e

meninas a agirem de acordo com o binarismo homem/mulher presentes no imaginário popular.

Através das interações e relações que se estabelecem no ambiente escolar, seja entre as crianças e adultos (professoras, professores), seja entre as próprias crianças, os comportamentos e atitudes socialmente desejáveis vão sendo transmitidos e reforçados desde os anos iniciais da escola, na Educação Infantil. Pudemos perceber nas pesquisas uma enorme lacuna e silenciamento nas formações de professores sobre os temas ligados à gênero e diversidade sexual, o que leva esses profissionais a agirem de acordo com as suas próprias concepções, e na maioria das vezes essas concepções vêm carregadas de preconceitos e estereótipos. O que é perigoso, pois ao tentarem conformar e normatizar os corpos dos meninos e meninas a agirem de acordo com os padrões, acabam levando sofrimento e sentimento de rejeição àqueles que, porventura, não se adéquam aos moldes.

Além de trazer sofrimento ao indivíduo considerado diferente, esses estereótipos também têm servido, no contexto escolar e na sociedade mais ampla, como justificativa à manutenção de diversos tipos de injustiças, especialmente no que tange à violência de gênero, sexual e discriminação. Nesse sentido, este estudo incita atenção para a falta de abertura das escolas para discussões e debates que giram em torno dessa temática, e a urgente sensibilização dos quadros docentes dessas instituições sobre as diversas possibilidades de vivenciar os gêneros masculinos e femininos que emergem das crianças em toda a sua autenticidade.

O segundo aspecto percebido por nós foi que, o professor possui parcial autonomia em debates sobre gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar, pois é notório que os debates sobre doutrinação contemporaneamente polarizados por partidos políticos têm afetado na real intenção de permear essa conjuntura em sala de aula. Deste fato, acreditamos que este trabalho possa contribuir com essa discussão, tanto no aspecto acadêmico, como no âmbito político e social.

Finalmente, levando em consideração o cenário político e social em que vivemos de conservadorismo galopante, consideramos de extrema importância que a Educação tenha autonomia para ser protagonista partícipe desse debate, haja vista a polaridade de assuntos como gênero, sexualidade, dentre outros afins deixem de ser encarados como subversivos, mas sim naturalizados como um processo de formação do ser humano na conjuntura escolar.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa (Po): Edições 70, 2000.
- BARISON, Osvaldo Luís. Para o gol: latência e identidade de gênero. **J. psicanal.**, v. 43, n. 79, p. 83-99, dez./2010.
- BUSS-SIMÃO, Márcia. Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil. **Rev. Bras. Educ.**, v. 18, n. 55, p. 939-960, 2013.
- BUSS-SIMÃO, Márcia. Relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas na creche. **Cad. Pesqui.**, v. 43, n. 148, p.176-197, abr./2013,
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAIADO, Rodrigo *et al.* Metodologia de revisão sistemática da literatura com aplicação do método de apoio multicritério à decisão Smarter. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO*, 12, 2016, Rio de Janeiro. **Anais eletrônico...** Rio de Janeiro: INOVARSE, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/kmqrR. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Construção e desconstrução de gênero no cotidiano da educação infantil**: alguns achados de pesquisa. Trabalho encomendado apresentado na 31ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. GT 23. Caxambu/MG, 2008. Disponível em: encurtador.com.br/rwDHY Acesso em: 10 jan. 2022.
- CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, Sérgio Luis da. Roteiro Para Revisão Bibliográfica Sistemática: Aplicação no Desenvolvimento de Produtos e Gerenciamento de Projetos. *In: 8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto – CBGDP 2011*, Porto Alegre, RS, Brasil. Instituto de Gestão de Desenvolvimento do Produto – IGDP. **Anais...** Porto Alegre: IGDP, 2011.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DESOUZA, Eros; BALDWIN, John Richard; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000. Disponível em: encurtador.com.br/jvM05. Acesso em: 18 jan. 2022.
- FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. 2010. 198f. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 35-42, mar./2006. Disponível em: encurtador.com.br/hqxM4. Acesso em: 17 jan. 2022.

LOPES, Ana Lúcia Mendes; FRACOLLI, Lislaine Aparecida. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, 2008. Disponível em: encurtador.com.br/cizOZ. Acesso em: 16 jan. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas? **Cad. Pagu**, n. 46, p. 411-438, abr./2016.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas psicol.**, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psicol. educ.**, n. 32, p. 25-46, 2011.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cad. Pesqui.**, v. 44, n. 153, p. 720-741, set./2014.

MORIN-MESSABEL, Christine *et al.* Representações das categorias de sexo em crianças no contexto escolar. **Cad. Pesqui.**, v. 46, n. 160, p. 526-546, 2016.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Meninas e meninos na escola: a modelagem da diferença. *In: SWAIN, Tânia Navarro. (org.). Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, v. 8, n. 1/2, Brasília, 2000.*

NATAL-NETO, Flávio de Oliveira; MACEDO, Geovani da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar. **Psicol. Ensino & Form.**, v. 7, n. 1, p. 78-86, 2016.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de Conteúdo Temático Categorical: Uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, 2008.

PALMA, Yáskara Arrial *et al.* Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Temas psicol.**, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

PIAGET, Jean. **A Construção do real na criança**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. Bras. Fisioterapia.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: encurtador.com.br/ejJUJZ. Acesso em: 7 fev. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category

of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: encurtador.com.br/psFU4. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues da Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cad. Pagu**, n. 34, p. 17-39, jun./2010.

SOARES, Célia; JESUINO, Jorge Correia. O que é preciso para ser chefe?: Representações sociais sobre o poder no contexto escolar. **Temas psicol.**, 2011, v. 19, n. 1, p. 99-119.

XAVIER FILHA, Constantina. Era uma vez uma princesa e um príncipe: representações de gênero nas narrativas de crianças. **Rev. Estud. Fem.**, v. 19, n. 2, p. 591-603, ago./2011

XAVIER FILHA, Constantina. A menina e o menino que brincavam de ser: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. **Rev. Bras. Educ.**, v. 17, n. 51, p. 627-646, 2012.

XAVIER FILHA, Constantina. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. **Educ. rev.**, n. 1, p. 153-169, 2014.

Revisores de línguas e ABNT: *Marcel Pereira Pordeus e Clarisse Magno da Silva.*

Submetido em 28/03/2022

Aprovado em 18/11/2022

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)